

Diálogo leva 3 anos

JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA — O acordo que começou a ser delineado ontem entre o Brasil e os bancos privados internacionais é mais um capítulo de uma novela iniciada em julho de 1990, quando a ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello suspendeu a moratória com os credores e apresentou a proposta de negociação do governo Collor. Naquele momento o Brasil assustava os credores com uma proposta de limitar os pagamentos à capacidade fiscal do Tesouro, ou seja, o governo só pagaria o que conseguisse poupar. O Brasil pedia também a renegociação da dívida por um prazo de 45 anos. Em compensação, liberou os pagamentos da dívida contraída pelo setor privado.

As negociações, coordenadas pelo embaixador Jório Dauster, enfrentaram resistência dos credores, que obtiveram apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) para separar a negociação do principal e dos juros atrasados. Zélia conseguiu apenas negociar os juros em atraso, antes de ser substituída pelo ministro Marcílio em maio de 1991.

Conciliação — Com a substituição de Jório Dauster pelo embaixador Pedro Mallan, o governo tentou reduzir as arestas. Mallan propôs seis alternativas de

papéis, com prazos máximos de 30 anos. Os bancos, porém, retardaram as negociações para forçar o Brasil a concluir antes um acordo com o FMI. Este objetivo foi atingido em janeiro de 1992, quando o ministro assinou um

acordo que previa, entre outras coisas, a redução da inflação para 10% mensais até o final do ano. O acordo previa que o Fundo concederia financiamentos que poderiam ser usados pelo Brasil na compra de títulos do governo americano, como forma de garantir que a renegociação continuaria.



Pedro Mallan

Em julho de 1992 o acordo foi finalmente concluído, com os credores concordando com uma redução de até 35% no estoque de US\$ 44 bilhões. O acordo genérico só foi aprovado em dezembro pelo Senado Federal, abrindo caminho para a fase das negociações com cada um dos bancos credores.

Ontem esta negociação atingiu 802 bancos credores, detentores de 96,7% do débito, levando o Brasil a cumprir a promessa de pagar US\$ 160 milhões referentes aos juros acumulados entre 1º de janeiro e 8 de julho de 1992. O pagamento será feita no próximo dia 29. As adesões, contudo, continuarão até o dia 31 de março, prazo em que o Brasil irá anunciar se aceita ou não a composição de títulos proposta pelos bancos.